

Sociedade de Amigos do Museu
Francisco Tavares Proença J.º

MATERIAES



III SÉRIE | N.º 1 | 2016

Sociedade de Amigos do Museu Francisco Tavares Proença J.º

MATERIAES

Castelo Branco 2016

Título

Materiaes

Direção

Presidente do Conselho Diretor da SAMFTPJ

Maria Adelaide Neto Salvado

Propriedade

Sociedade dos Amigos do Museu Francisco Tavares de Proença J^{or}

Edição

Sociedade dos Amigos do Museu Francisco Tavares de Proença J^{or}

Apoio

Câmara Municipal de Castelo Branco

Design

Carine Pires

Sílvio Mendes

RVJ - Editores

Edição e Impressão

RVJ, Editores, Lda.

Av. do Brasil, n.º 4 r/c | Apartado 262 | 6000-909 Castelo Branco

Tel. 272 324 645 | Fax. 210 112 063 | Telm. 965 315 233

www.rvj.pt | email. rvj@rvj.pt

ISSN

1647-9637

Depósito Legal

415815/16

Tiragem

250 exemplares

Data

2016

SINGULAR LETREIRO EM LINTEL DE PORTA DE CASTELO BRANCO

José d'Encarnação*

Uma atitude ancestral

No lintel da porta do nº 34 da Rua dos Ferreiros, em pleno centro histórico da cidade de Castelo Branco, foi gravada uma inscrição (Fig. 1) que, à primeira vista, pode suscitar surpresa – e há razão para isso!

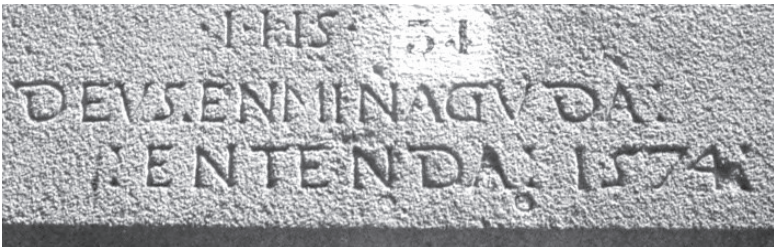


Fig. 1 - A epígrafe do lintel

Na verdade, apercebemo-nos de que estará redigida em língua portuguesa, mas há palavras que destoam de um léxico habitual, como AGUDA e ENTENDA.

No seu conjunto, porém, a inscrição corresponde a um hábito bem compreensível, atendo-nos, para já, ao que não oferece qualquer dúvida: a aposição da data – 1574. Atitude frequente por parte dos proprietários, a de quererem assinalar na pedra o ano em que se concretizou o que foi, porventura, o seu sonho: ter casa própria!

Amiúde, a data vem complementada com a indicação, em siglas, do nome desse proprietário – para que conste. O uso de siglas implica, naturalmente, a total inteligibilidade, na altura,

* CEAACP – Universidade de Coimbra

do que elas significavam para a população residente; constitui por vezes, no entanto, verdadeiro quebra-cabeças para os historiadores da malha urbana, porque implica a consulta – raramente fácil – dos registos prediais, emaranhado de informações onde nem sempre nos conseguimos movimentar a contento.

Aqui, porém, o nome do proprietário não vem consignado e ao epigrafista vai competir, portanto, enquadrar a epígrafe no seu tempo e procurar extrair dela o significado que detém, como reflexo histórico, cultural, religioso e linguístico.

Dir-se-á também que a casa representou sempre – para o Homem e, até, para os animais – o refúgio, o lar. E a palavra «lar» sugere, de imediato, «lareira», o recanto onde se prepara a comida e em torno do qual a família se reúne, no aconchego. Daí que o vocábulo «fogo», que aparece nos censos, queira significar ‘família’, ‘agregado familiar’. Ora, é nesse âmbito que tem todo o sentido invocar a protecção divina para a casa. De resto, os Romanos criaram para esse efeito os deuses Lares, que adscreveram não apenas às casas particulares mas também às cidades. Em Conímbriga, por exemplo, identificou-se um pequeno altar, certamente destinado a ser colocado em santuário público, consagrado «a Conímbriga e aos seus Lares» (Fig. 2), ou seja, a necessidade de se atribuir a protecção da cidade a uma divindade tutelar era tal que a própria cidade incorporava em si espírito divino e os Lares seriam manifestação dessa divinização. E não só os núcleos urbanos estavam ao cuidado de Lares: os próprios povos assumiam essa dependência e não causa estranheza que um indígena recentemente romanizado, Níger, filho de Próculo, mande lavar uma ara aos Lares Cereneos, que seria esse o seu povo (Fig. 3).¹

1 - Cf. ENCARNAÇÃO (José d'), *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal (Subsídios para o Seu Estudo)*, 2015, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 211-212 e 403. Acessível em: http://www.uc.pt/fluc/iarq/pub_online/pdfs_online/1975_Divindades

Já tive ocasião de me debruçar sobre este lintel epigrafado albicastrense², como exemplo, precisamente, da investigação a que o epigrafista ora lança mão, num momento em que a disciplina Epigrafia corre, de novo, sério risco de ser banida dos currículos universitários, porque outros valores – desgarrados da história e do culto da memória e mais apegados ao instantâneo e ao economicamente rendível... – regem as instituições e o que, sem formação histórica, nelas mandam.



Fig. 2 - Altar romano aos Lares de Conimbriga



Fig. 3 - Altar romano aos Lares Cerenacii

De facto, constituía (e constitui!) a Epigrafia a fonte primordial para os estudos das civilizações antigas: fala-se imprescindivelmente da escrita cuneiforme para compreender o que, há milénios, se passou no vale dos rios Tigre e Eufrates (e os ocidentais, ao que parece, ainda

2 - ENCARNÇÃO (José d'), «A disciplina de Epigrafia na Faculdade de Letras de Coimbra», *Biblos* n. s. IX (2011) p. 120-121. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/18325>. Permita-se-me que retome aqui algumas das passagens então publicadas.

se não aperceberam muito bem disso...); da escrita hieroglífica, para se ter uma ideia de como foi avançada a cultura egípcia, ainda hoje a maravilhar-nos; e dos milhares de epígrafes, em latim e em grego, que os Romanos deixaram por esta Europa, que os imperadores de então lograram unir, desiderato que os governantes de agora não conseguem concretizar!...

O meu objectivo tem sido, por conseguinte, realçar esse papel em relação às civilizações em todos os tempos e chamar a atenção para o facto de não poder fazer-se cabalmente uma história dos séculos subsequentes, e até mesmo dos nossos dias, sem lançar mão às muitas epígrafes que, também na actualidade, enxameiam os centros urbanos – e não só. É que, por detrás de uma aparentemente singela placa toponímica ou de um aparentemente ocasional grafito, está toda uma ideologia, um complexo mundo cultural nos seus mais diversos aspectos...

As siglas I H S

A epígrafe em questão é encabeçada pelas ‘siglas’ IHS, ao centro (Fig. 1).

Dir-se-á que seria, naturalmente, perceptível o seu conteúdo e não careceria, por isso, de explicação adicional. Quiçá. Aproveitaria, porém, para aduzir um exemplo actual: MRPP. Quantos haverá que, de uma assentada, serão capazes de fazer o desdobramento correcto destas siglas? Rara será, todavia, a pessoa que não saiba o que é o MRPP, partido dito da «extrema-esquerda» revolucionária; mas... e o desdobramento? Que significam as siglas? Por conseguinte, creio ser possível pôr a mesma questão em relação a IHS: todos saberiam que se tratava de uma espécie de invocação a Jesus; o significado concreto seria menos consensual, como, de resto, ainda hoje o é.

Refere-se IHS ao Santo Nome de Jesus, devoção que começou a ter maior voga a partir do século XII, por iniciativa de São Bernardo. E, em 1541, S. Inácio de Loiola acabaria por o adoptar como emblema da Companhia de Jesus, que fundara (1541), e é bem possível que, nos anais da Companhia, até haja uma explicação cabal para essa escolha, mais não seja a de que, «em nome de Jesus» e sob a sua protecção, a congregação encetava a sua missão apostólica.

Trata-se das três primeiras letras, em maiúsculas do alfabeto grego, da palavra **Jesus** – o iota, o eta e o sigma – e não, como por vezes se ouve referir, três siglas a desdobrar em *Jesus Hominum Salvator*, ‘Jesus, salvador dos homens’. Por conseguinte, estamos, para já, perante um indício forte da influência jesuítica, paladina, como se sabe, do retorno ao Cristianismo autêntico, abalado então pelos movimentos reformistas.

Eloquente índice cultural, portanto, cujo contexto religioso se observará de seguida. O hábito, nessa época da Contra-Reforma, de assim se procurar obter apoio divino.

A estranha legenda

É, de facto, bem estranha a legenda e, não fora a minha oportuna troca de impressões com o saudoso e sempre prestável Padre Nogueira Gonçalves, decerto não teria chegado facilmente à solução do enigma: um aportuguesamento da invocação *Deus in adiutorium meum intende*, amiúde usada nas cerimónias litúrgicas católicas e, designadamente, na abertura do ofício de Vésperas do Breviário, a que se responde *Domine ad adiuvandum me festina*. O versículo 2 do Salmo 69: «Ó Deus, vem em meu auxílio! Apressa-Te, Senhor, a socorrer-me!». A prece é acompanhada pelo sinal da Cruz feito pelo orante.

A expressão tornou-se, de resto, corrente em muitos actos religiosos, dado o seu teor de súplica, que perpassa, aliás, por todo o salmo 69.³ E não admira, portanto, que ela tenha acabado por ser gravada num lintel de porta, em pedido de especial protecção, numa época em que as cerimónias religiosas eram em Latim (foram-no, aliás, até ao Concílio do Vaticano II, em 1962-1965) e os fiéis entendiam o significado das frases, mas a maior parte deles desconheceria como poderia ser a sua tradução em português – e caberia aqui nova alusão ao significado das siglas, de que atrás se falava: sabe-se o que querem dizer no seu todo, mas o concreto é ignorado e nem vale a pena esforçarmo-nos para o conhecer, porque nos basta o sentido geral!

Neste caso, *adiutorium* era palavra erudita de mais; em vez dela, portanto, optou-se por uma mais do cotio: ajuda (ainda que mal grafada, com g). Poder-se-ia ter escolhido termo mais à letra: adjutório; mas... quem é que precisaria de um adjutório? Precisa-se é de ajuda mesmo!

Intende, forma do imperativo do verbo *intendere*, também não seria lá muito compreensível no seu significado de «está atento», «atende», «vem»... «Entender» tinha um som semelhante e, de resto, o que, na verdade, se pretendia era que o Senhor ‘entendesse’ ou ‘atendesse’ a protecção que se Lhe pedia... Por outro lado, ainda hoje se tem algum pejo em traduzir à letra passagens da Bíblia em que haja uma invocação à divindade: diz-se «Vinde em meu auxílio», quando, no texto original, é a segunda pessoa do singular que se encontra. Daí também a forma «ENTENDA», numa terceira pessoa, a concordar com Deus, como se fosse um voto e não uma prece.

3 - Reproduzo (Fig. 4) o começo da página de uma iluminura, em que se mostra um enfermo em sua cama e se depreende ser essa a súplica que os parentes próximos estão a fazer.



Fig. 4 - Começo de página de uma iluminura com a invocação
«Deus in adiutorium meum intende»

Na paginação, não se segue à risca um eixo de simetria, porque a última linha está um tudo-nada mais para a direita, mas essa foi a natural tendência e sente-se que terão existido linhas auxiliares, atendendo à regularidade do tamanho das letras e ao seu alinhamento.

Na linha 1, há pontos a marcar, a meio da altura das letras, o começo e o fim da linha e a separar o I do H. Nas linhas seguintes, a pontuação é feita mediante dois pontos triangulares, que assinalam o começo e o fim de ambas as linhas e separam o texto da data. O

ponto na palavra DEVS pode interpretar-se como vontade de lhe dar realce, uma vez que, de acordo com a lógica, poderíamos estar perante um vocativo e, após o vocativo, a pontuação (a vírgula) seria normal; contudo, era de esperar nessa linha alguma separação entre os vocábulos seguintes, o que não acontece e, a princípio, pode perturbar a compreensão, até porque EM está escrito com N e o H de MINHA se encontra quase imperceptivelmente assinalado num ‘ápice’ (dir-se-ia) em jeito de acento grave e não de til (como seria de esperar) sobre o N; por outro lado, o A não se repetiu e assim se fixou na pedra a crase que a fala postularia: minh’ajuda! A manifesta influência da oralidade – sem dúvida, um dos aspectos mais sedutores para o epigrafista e, conseqüentemente, para o historiador da cultura.

Não há uma inclinação regular dos caracteres. Embora a perpendicularidade domine, os SS estão inclinados para diante e a forma cursiva adoptada para o D (a lembrar o delta grego minúsculo) obrigou-o a ficar levemente a pender para trás.

De salientar ainda o travessão sinuoso do H, o U gravado como V (à maneira romana), o numeral 5 exactamente igual ao S, e o G, que é, no fundo, o D ao contrário!

No conjunto, uma gravação com badame assaz bem conseguida, a denotar excelente perícia por parte do lapicida, atendendo a que o suporte é o granito.

Uma intencionalidade escondida?

Não se andará longe da verdade se se afirmar que estas linhas patenteiam, na sua aparente singeleza, uma grande sintonia com os ideais proclamados pela Igreja Católica neste final do terceiro quartel do século XVI (ainda se ouviriam na Cristandade Ocidental os ecos do Concílio de Trento que terminara há escassos 11 anos...) e clara

manifestação de uma fervorosa pertença aos rituais católicos que desta maneira claramente se evidenciam como algo do quotidiano.

Consequentemente, uma questão se poderá levantar: porquê? Tratar-se-á de mera súplica de uma família, que desta sorte também mostraria a sua cultura religiosa? Apenas a sua cultura ou também a sua prática? Porventura, mais a prática do que a cultura, se levarmos em consideração que a ‘tradução’ é, apesar de tudo, canhestra e susceptível de ridicularizar quem se quisesse, por esse meio, salientar dentre os demais.

Mas... não haveria necessidade de se salientar? É que nos encontramos no coração de uma cidade do interior, vizinha de Espanha; a sua população nesse final de Quinhentos – estamos a escassos seis anos da perda da independência – viveria do comércio e os mercados sob tutela do proclamado catolicíssimo Filipe II estavam ali a dois passos e mais a dois passos ficariam se a união se concretizasse e a fronteira se abrisse e, com ela, as taxas aduaneiras terminassem...

Por outro lado, quem teria nas suas mãos esse comércio? Cristãos-novos? Porque não? No recôndito de uma ruela, todos os negócios se poderiam fazer, mas importava também que uma certa fachada claramente se ostentasse, para evitar as suspeitas dos senhores inquisidores, que bem andariam por perto...

Em conclusão...

... ousámos lançar um repto aos historiadores locais quanto a estas derradeiras décadas do século XVI numa Castelo Branco em que também a influência do estilo manuelino é notoriamente visível nos lintéis e nas ombreiras dos portais: que população era esta?

A abundante historiografia albicastrense já eficazmente respondeu, porventura, a essa pergunta – e resta-me confessar a minha

total ignorância a tal respeito. Imagino, porém, que sim, porque, por exemplo, a bem documentada comunicação de David de Moraes⁴ acaba por lançar pistas passíveis de se relacionarem com o que atrás se questiona, ousadamente partindo, não há dúvida, de um simples portal recôndito. É que, a propósito de Amato Lusitano (1511-1568) e da sua época, o famoso médico católico, mas filho de cristãos-novos e, por isso, perseguido pela Inquisição, traça aquele investigador um quadro sociopolítico e económico da cidade em que eu não acharia desdoiro incluir, como documento, o lintel de 1576, ainda que tema possa aplicar-se-me o ferrete que David de Moraes assinala:

«Os trabalhos sobre a biografia de João Rodrigues de Castelo Branco estão, muitas vezes, penetrados por acúleos espúrios que se geraram no afã de tentar publicar ‘novidades’ (p. 33).

Esse afã, confesso, não tenho e é com toda a humildade que ousei penetrar no mundo que singular monumento epigráfico me sugeriu. No entanto, se, apesar de tudo, alguma autêntica ‘novidade’ trouxe, sentirei que a missão está cumprida. Na verdade, como perorava em 2011, e voltando à epígrafe, «são, como se imagina, às centenas – se não mesmo aos milhares – letreiros destes que subsistem pelas nossas cidades, vilas e aldeias. Toda a gente os vê; poucos lhes ligam importância, preservando-os; cada vez mais deveriam ser os que tomam consciência do seu real interesse como fontes históricas que, indemnes, sobreviveram os séculos afora! (p. 121).⁵

4 - MORAIS (J. A. David de), «A problemática da homonímia e da putativa teia familiar de João Rodrigues de Castelo Branco (Amato Lusitano): reinterpretação historiográfica», Caderno de Cultura Medicina na Beira Interior da Pré-História ao século XXI, nº XXVIII, Novº 2014, p. 11-40.

5 - Agradeço ao Dr. Pedro Salvado o gentil convite que me endereçou para me debruçar de novo sobre este letreiro, na convicção de que poderia trazer alguma achega ao estudo da história da sua cidade. Que o objectivo tenha sido atingido é o meu voto.

SUMÁRIO

NOTA DE ABERTURAp. 3

SABERES:

- Os Três Tempos da Crise nos Museus - Luís Raposop. 7

- A Epigrafia (Im)Possível - José d'Encarnaçãop. 19

- Os Amigos do Museu como Agentes de Mudança e Desenvolvimento Cultural -
Benedicta Duque Vieirap.41

Cidadania Cultural Activa - Manuel Lopes Marcelo p. 47

TERRITÓRIOS e MEMÓRIAS

- O Castelo da Serra do Carregal (Malpica do Tejo, Castelo Branco): Notícia
-Francisco Henriques, Mário Chambino, Paulo Félix e João Caninas p.51

- Uma Inscrição Romana de Castelo Branco nas Coleções de Idanha-a-Velha –
Nota de Investigação - Pedro Miguel Salvado..... p. 59

- As coleções de F. Tavares de Proença Júnior no Museu Arqueológico do
Fundão - Joana Bizarro p. 69

- A Fortaleza Quinhentista Albicastrense de Duarte D' Armas - Elsa Maria
Branco da Silva p. 75

- Projecto: Construção do Futuro Museu do Bordado de Castelo Branco - João
André Faria e Leitão..... p. 89

- Castelo Branco e Outras Terras do Distrito num Documento Manuelino da
Ordem de Cristo - Joaquim Candeias da Silva p. 97

- Singular Letreiro de Porta de Castelo Branco - José d' Encarnação..... p. 105

- A propósito de uma Pintura de Fernando Namora do Museu de Francisco
Tavares Proença Júnior - Maria Adelaide Neto Salvado..... p. 115

LETRAS E MEMÓRIAS

- Trebaruna de José Leite de Vasconcelos, Deusa Lusitana Ode heróica em três
idiomas - Maria do Sameiro Barroso.....p. 127

- Camilo em Castelo Branco - Maria de Lourdes A. Ferraz p.141

- De antigo Paço Episcopal a Escola Comercial e Industrial – Memórias I –
Passado. Presente. Retalhos – Maria do Céu Santos Varão..... p. 151

- A Revista 'Materiaes Para o Estudo das Antiguidades Portuguesas'(1910-2010)
- Pedro Miguel Salvado, Joaquim Batista p. 153